

Dificuldades para equilibrar o orçamento

2 DEZ 1990

GAZETA MERCANTIL

por Cláudia Safatle
de Brasília

O governo busca, com o aumento dos tributos já aprovado e com uma lista de cortes de gastos que deve ser anunciada nos próximos dias, equilibrar as contas do setor público em 1991. Mas um ajuste fiscal permanente, que promova um verdadeiro saneamento nas contas públicas, só será possível, aos olhos do governo, com uma reforma na Constituição, que acabe com a estabilidade do funcionalismo público — permitindo ao governo cortar 20% da folha de salários e liberar cerca de US\$ 4 bilhões anuais; que acabe com a universidade gratuita — no bojo de uma nova política educacional; e que transfira aos estados e municípios despesas proporcionais às receitas que receberam a partir do texto constitucional.

Segundo o secretário de Política Econômica, Antônio Kandir, os aumentos de impostos aprovados pelo Congresso Nacional deverão render uma receita adicional de 0,4% do Produto Interno Bruto (PIB), estimado em Cr\$ 30,15 trilhões a preços de maio passado, no próximo ano. São receitas geradas pela elevação da alíquota do Finsocial, do Imposto Territorial Rural (ITR), IPI sobre bebidas e refrigerantes e Cédula "G" (sobre lucros da atividade agrícola).

Do lado dos gastos, o corte terá de ser mais profundo. A expectativa é de que a ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, assine uma lista de decretos, ainda nesta semana, para cortar gastos do governo central e nas empresas es-

tatais. As decisões devem passar pelas seguintes medidas:

- Proibição do empenho de dotação orçamentária pela administração direta de 100% para despesas de capital e 85% para gastos com custeio. "Isso significa que o gasto só ocorrerá na medida em que a receita entrar nos cofres da União", explicou Kandir.
- Eliminar uma série de programas, projetos e órgãos federais. A lista ficará pronta hoje. Só com o fim da participação do País em alguns fóruns internacionais (Kandir citou como exemplo o governo fazer parte da Associação Internacional da Pimenta) seriam US\$ 60 milhões anuais de economia.

(Continua na página 3)

A ministra Zélia Cardoso de Mello afirmou ontem que encaminhará denúncia formal ao Ministério da Justiça contra os aumentos de preço praticados pela Ford e Volkswagen. Seu secretário-geral, João Maia, disse que no processo será discutida também a legitimidade da associação das duas empresas, a Autolatina.

(Ver página 3)

Dificuldades para equilibrar o orçamento

por Cláudia Safatle
de Brasília

(Continuação da 1ª página)

Serpro já havia concluído a montagem de um programa de computador que será instalado na mesa do PIB, contendo todas as informações atualizadas sobre a execução das metas estabelecidas para o controle dos gastos com custeio e pesos das empresas estatais. Trata-se de uma decisão exclusiva de maiores compras de máquinas e equipamentos para fazer frente ao excesso de autonomia

Recriar comissões das empresas públicas na de controle dos orçamentos e da gestão de suas despesas. Será encaminhado ao Congresso Nacional um projeto de lei de concessão da exploração de serviços públicos para empresas privadas (energia elétrica, portos e outros).

Para compor um ajuste fiscal equivalente a 1,5% do PIB (estimativas mais pessimistas mencionam 1,84%

do PIB), caberá à contracção dos gastos um esforço de algo próximo a 1,1% do PIB, em comparação aos 0,4% do PIB de aumento das receitas como decorrência da elevação da carga tributária para o ano que vem.

O "desajuste" potencial, segundo Kandir, era da ordem de US\$ 20 bilhões para 1991. Com a assinatura, de vetos ao programa de benefícios da Previdência Social, ao regime único do funcionalismo público e à concessão de um reajuste de salários de 81% para o funcionalismo público, o governo economizou cerca de US\$ 11 bilhões.

A determinação no Ministério da Economia é entrar o ano de 1991 com o firme propósito de negociar

emendas constitucionais com o novo Congresso que assume dia 1º de fevereiro.

Com uma taxa de inflação embicada para baixo, acreditam, será possível ao Executivo articular junto aos parlamentares reformas constitucionais que viabilizem o saneamento financeiro do setor público, através de uma redefinição efetiva do raio de ação do Estado.

Como moeda de negociação, o Executivo poderá apresentar algumas iniciativas, por exemplo, se o Congresso concordar com o fim da estabilidade do funcionalismo público, liberalizando US\$ 4 bilhões aproximadamente de despesa com a folha de pagamento do Tesouro Nacional.